



Usuário do Preço da Hora Bahia pode fazer pesquisa remota em todo o estado

18 janeiro 2021

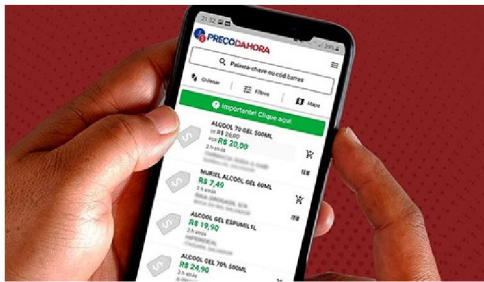


Foto: Divulgação

Está em Salvador, no interior da Bahia ou mesmo em outro estado ou país e precisa saber o menor preço de um produto comercializado em qualquer um dos 417 municípios baianos? A pesquisa pode ser feita em segundos por meio do aplicativo Preço da Hora Bahia. Gerenciado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba), o aplicativo já conta com mais de 370 mil usuários e permite conferir os menores preços de todos os produtos comercializados pelo varejo em todo o Estado.

O Preço da Hora Bahia está disponível para download na Apple Store e no Google Play e também pode ser acessado pelo site precodahora.ba.gov.br. São mais de 500 mil produtos cujos preços são atualizados em tempo real a partir de informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Sefaz-Ba. “Esta é uma importante ferramenta disponível para quem estiver interessado por produtos comercializados na Bahia, onde o consumidor estiver”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório.

“Mesmo morando em Phoenix, no Arizona, consigo saber os preços de produtos que costumava comprar em Salvador, quando ainda morava ai. É muito interessante e já usei para encontrar um produto mais em conta e facilitar a vida de uma pessoa da família que comprou e me enviou”, afirma Vitor Pontes. Já Avelino de Souza, que mora em Salvador, mas possui uma propriedade rural no sudoeste do estado, conta que já pesquisou os preços de arame farpado em municípios da região, comparando os preços e optando pela compra em Guanambi.

Como pesquisar

Para realizar a pesquisa a distância, o usuário precisa acessar as três barrinhas horizontais no canto superior direito da tela inicial do aplicativo e clicar no item “Configurações”. Já na página acessada, é necessário desativar o botão de localização automática e preencher o formulário logo abaixo, sinalizando o estado da Bahia e selecionando a cidade escolhida para a pesquisa do item comercializado. Feito isso, basta que o usuário retorne à página de pesquisa, digite o nome do produto ou faça, com o celular a leitura do código de barras na embalagem.

Automaticamente, o aplicativo lista por ordem crescente (do menor para o maior), os preços praticados nos diversos estabelecimentos comerciais da cidade ou região pesquisada, já que o aplicativo também possibilita

estabelecer um raio de abrangência de até 30 quilômetros de onde se localiza o usuário da pesquisa a partir do ponto central indicado.

“Não se trata de uma funcionalidade nova, mas é muito acessada pelos usuários, por isso é importante a orientação sobre como proceder nestes casos”, explica o diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt. Segundo o diretor, quando o local de pesquisa é alterado, mudam também todas as demais facilidades ofertadas pelo aplicativo na tela inicial, a exemplo da busca por preços de combustíveis e medicamentos, que possuem canais de acesso direto da tela inicial.

Além de permitir a pesquisa para qualquer município do estado, o app traz uma série de outras funcionalidades. O usuário pode ver na tela o dia e a hora de realização da última venda da mercadoria, além de telefone e rota para se chegar ao estabelecimento onde ela está disponível, fazer listas de compras com seus produtos favoritos e checar o ranking dos melhores preços na região pesquisada.

Fonte: Ascom/ Sefaz

Usuário do Preço da Hora Bahia pode fazer pesquisa remota em todo o estado



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Está em Salvador, no interior da Bahia ou mesmo em outro estado ou país e precisa saber o menor preço de um produto comercializado em qualquer um dos 417 municípios baianos? A pesquisa pode ser feita em segundos por meio do aplicativo **Preço da Hora** Bahia. Gerenciado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba), o aplicativo já conta com mais de 370 mil usuários e permite conferir os menores preços de todos os produtos comercializados pelo varejo em todo o Estado.

O **Preço da Hora** Bahia está disponível para download na Apple Store e no Google Play e também pode ser acessado pelo site precodahora.ba.gov.br. São mais de 500 mil produtos cujos preços são atualizados em tempo real a partir de informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Sefaz-Ba. 'Esta é uma importante ferramenta disponível para quem estiver interessado por produtos comercializados na Bahia, onde o consumidor

estiver', afirma o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitória**.

'Mesmo morando em Phoenix, no Arizona, consigo saber os preços de produtos que costumava comprar em Salvador, quando ainda morava ai. É muito interessante e já usei para encontrar um produto mais em conta e facilitar a vida de uma pessoa da família que comprou e me enviou', afirma Vitor Pontes. Já Avelino de Souza, que mora em Salvador, mas possui uma propriedade rural no sudoeste do estado, conta que já pesquisou os preços de arame farpado em municípios da região, comparando os preços e optando pela compra em Guanambi.

Como pesquisar

Para realizar a pesquisa a distância, o usuário precisa acessar as três barrinhas horizontais no canto superior direito da tela inicial do aplicativo e clicar no item 'Configurações'. Já na página acessada, é necessário desativar o botão de localização automática e preencher o formulário logo abaixo, sinalizando o estado da Bahia e selecionando a cidade escolhida para a pesquisa do item comercializado. Feito isso, basta que o usuário retorne à página de pesquisa, digite o nome do produto ou faça, com o celular a leitura do código de barras na embalagem.

Automaticamente, o aplicativo lista por ordem crescente (do menor para o maior), os preços praticados nos diversos estabelecimentos comerciais da cidade ou região pesquisada, já que o aplicativo também

possibilita estabelecer um raio de abrangência de até 30 quilômetros de onde se localiza o usuário da pesquisa a partir do ponto central indicado.

'Não se trata de uma funcionalidade nova, mas é muito acessada pelos usuários, por isso é importante a orientação sobre como proceder nestes casos', explica o diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt. Segundo o diretor, quando o local de pesquisa é alterado, mudam também todas as demais facilidades ofertadas pelo aplicativo na tela inicial, a exemplo da busca por preços de combustíveis e medicamentos, que possuem canais de acesso direto da tela inicial.

Além de permitir a pesquisa para qualquer município do estado, o app traz uma série de outras funcionalidades. O usuário pode ver na tela o dia e a hora de realização da última venda da mercadoria, além de telefone e rota para se chegar ao estabelecimento onde ela está disponível, fazer listas de compras com seus produtos favoritos e checar o ranking dos melhores preços na região pesquisada.

Fonte: Ascom/ Sefaz

Assuntos e Palavras-Chave: SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Medicamento | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vítório, Preço da Hora

BAHIA

Alba aprova orçamento e renuncia a recesso

SESSÃO VIRTUAL A Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) aprovou ontem o orçamento de 2021, mas decidiu que o recesso que estava programado para o legislativo não vai mais acontecer, e os deputados vão continuar em atividade.

De acordo com a Alba, a aprovação do orçamento estadual para 2021 teve votos contrários da bancada de oposição e do deputado Hilton Coelho (PSOL). O projeto de lei estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro em R\$ 49.303.56.000.00.

Normalmente, a aprovação do orçamento permitiria que o legislativo entrasse em recesso. Entretanto, segundo a Alba, o recesso

não será feito após acordo entre as bancadas da maioria e da minoria, a partir de sugestão do presidente, deputado Nelson Leal.

Nas redes sociais, há críticas quanto ao recesso do Congresso, em Brasília, durante a crise sanitária atual e no momento em que o uso emergencial de duas vacinas é aprovado pela Anvisa.

Na sessão virtual também foram aprovados quatro decretos legislativos municipais requerendo o reconhecimento do "estado de calamidade pública" em razão da pandemia da covid-19: um de solicitação do governo do Estado; um da prefeitura de Salvador e dois dos municípios de Jucuruçu e Nova Viçosa.

A sessão de encerramento do mandato do deputado Nelson Leal na presidência da Alba está inicialmente prevista para o próximo dia

28, quando serão votados os novos decretos legislativos para outras cidades baianas.

"Quero lembrar que não se trata de revalidação dos decretos anteriores, até porque muitos municípios têm novos prefeitos desde o dia primeiro de janeiro. As prefeituras têm que se movimentar, porque elas precisam apresentar novos pedidos municipais de reconhecimento do estado de calamidade, que serão apreciados pela Alba o mais rápido possível", explicou Nelson Leal.

Um estado de calamidade pública é declarado quando uma localidade enfrenta uma situação anormal - assim como é a pandemia -, que compromete a capacidade de ação do poder público. Com ele, o Município pode tomar ações como parcelar dívidas, atrasar ou antecipar execução de gastos e não realizar licitações para serviços.

As prefeituras têm que se movimentar, porque elas precisam apresentar novos pedidos municipais de reconhecimento do estado de calamidade Nelson Leal

Presidente

Tribuna

AL-BA aprova orçamento e novos decretos de calamidade

EQUIPE DE POLÍTICA

A Assembleia Legislativa da Bahia não entrará em recesso legislativo, por acordo entre as bancadas da maioria e da minoria, a partir de sugestão do presidente da Assembleia Legislativa da Bahia – ALBA, deputado Nelson Leal. A decisão foi tomada oficialmente hoje (18.01), durante sessão virtual que votou e aprovou, em segundo turno, o orçamento estadual para 2021, com os votos contrários da bancada de oposição e do deputado Hilton Coelho (PSOL). O Projeto de Lei nº 23.995/2020 estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2021 no montante de R\$ 49 bilhões 303 milhões e 56 mil.

“Mais uma vez, os 63 deputados da ALBA demonstram o seu espírito republicano ao dispensar o recesso legislativo, para que a Casa esteja aberta para qualquer ação emergencial – projetos de lei e decretos legislativos - de combate à pandemia da Covid-19. Aproveitando o que disse o de-

putado Hilton Coelho, quero celebrar o início da vacinação no país, que começou ontem, em São Paulo, através do governador João Dória. Apesar da condução desastrosa da pandemia pelo Governo Federal, a largada da vacinação nos enche de muita esperança, porque o quadro de saúde do Brasil é muito preocupante”, destacou Leal.

Na sessão virtual também foram aprovados quatro decretos legislativos municipais requerendo o reconhecimento do “estado de calamidade pública” em razão da pandemia da Covid-19: um de solicitação do Governo do Estado; um da Prefeitura de Salvador e dois dos municípios de Jucuruçu e Nova Viçosa. A sessão de encerramento do mandato do deputado Nelson Leal na presidência da ALBA está inicialmente prevista para o próximo dia 28, quando serão votados os novos decretos legislativos para os demais municípios da Bahia. “Queremos lembrar que não se trata de revalidação dos decretos anteriores, até porque muitos municípios têm novos prefeitos desde o dia primeiro de Janeiro”, disse.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 18/01/2021	



Orçamento da Bahia para 2021 é aprovado na Assembleia Legislativa

18 janeiro 2021



A Assembleia Legislativa do Estado (Alba) aprovou, nesta segunda-feira (18), a Lei Orçamentária Anual (LOA) do Estado da Bahia para o ano de 2021. A LOA estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2021, apresentada sob a forma de orçamento-programa. O Orçamento está projetado em R\$ 49,3 bilhões.

O secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro, agradeceu às deputadas e deputados pela aprovação do Orçamento. “Agradecemos ao presidente da Alba, Nelson Leal, ao líder do Governo, Rosemberg Pinto, ao relator Diego Coronel, e a todos os deputados e deputadas que aprovaram o Orçamento para 2021”, disse Pinheiro.

A Área Social está contemplada com R\$ 30,1 bilhões, 62,4% do total de recursos orçados para 2021. Têm participação destacada na LOA as funções Saúde (15,7%), Educação (13,1%) e Segurança Pública (10,2%). A expectativa para 2021 é que a retomada gradativa da atividade econômica no Estado impulse a recuperação dos setores da Indústria e dos Serviços, os mais atingidos pelos impactos causados pela pandemia do coronavírus.

“Mesmo com todas as restrições fiscais e incertezas macroeconômicas, estamos focados na manutenção do nível de investimentos públicos, já que a Bahia é o segundo Estado que mais realiza investimentos, ficando atrás apenas do Estado de São Paulo. Por isso estamos apontando na perspectiva de ampliar nosso investimento com recursos do Estado, para alcançar o nível de R\$ 3 bilhões”, ressaltou o secretário quando entregou a proposta orçamentária ao presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, deputado Nelson Leal, em 30 de setembro.

O secretário também citou projetos estruturantes como vetores de desenvolvimento e integração regional, a exemplo da Ponte Salvador-Ilha de Itaparica, dos projetos de mobilidade urbana e interurbana, manutenção e construção de novas estradas, ações nas áreas de infraestrutura hídrica e esgotamento sanitário, de incentivo à produção da agropecuária com ênfase na agricultura familiar, assim como na recuperação de setores mais afetados pela pandemia, como o turismo, “setor este que estamos com vários projetos de atração de investimentos na Bahia”, completou.

“A área de energia também é preponderante para fazer a economia da Bahia girar, com projetos que já temos consagrados em leilão e que terão início em janeiro de 2021”, disse Pinheiro, ao explicar ainda que o governo espera que o setor da agropecuária mantenha-se vigoroso, embalado pelo bom desempenho da produção de grãos, pela demanda crescente por alimentos e preços mais competitivos no mercado externo.

Fonte: Ascom/Seplan

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 18/01/2021	



ORÇAMENTO DA BAHIA PARA 2021 É APROVADO NA ALBA



admin 18 Janeiro, 2021

A Assembleia Legislativa do Estado (Alba) aprovou, nesta segunda-feira (18), a Lei Orçamentária Anual (LOA) do Estado da Bahia para o ano de 2021. A LOA estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2021, apresentada sob a forma de orçamento-programa. O Orçamento está projetado em R\$ 49,3 bilhões.

O secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro, agradeceu às deputadas e deputados pela aprovação do Orçamento. “Agradecemos ao presidente da Alba, Nelson Leal, ao líder do Governo, Rosemberg Pinto, ao relator Diego Coronel, e a todos os deputados e deputadas que aprovaram o Orçamento para 2021”, disse Pinheiro.

A Área Social está contemplada com R\$ 30,1 bilhões, 62,4% do total de recursos orçados para 2021. Têm participação destacada na LOA as funções Saúde (15,7%), Educação (13,1%) e Segurança Pública (10,2%). A expectativa para 2021 é que a retomada gradativa da atividade econômica no Estado impulse a recuperação dos setores da Indústria e dos Serviços, os mais atingidos pelos impactos causados pela pandemia do coronavírus.

“Mesmo com todas as restrições fiscais e incertezas macroeconômicas, estamos focados na manutenção do nível de investimentos públicos, já que a Bahia é o segundo Estado que mais realiza investimentos, ficando atrás apenas do Estado de São Paulo. Por isso estamos apontando na perspectiva de ampliar nosso investimento com recursos do Estado, para alcançar

o nível de R\$ 3 bilhões”, ressaltou o secretário quando entregou a proposta orçamentária ao presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, deputado Nelson Leal, em 30 de setembro.

O secretário também citou projetos estruturantes como vetores de desenvolvimento e integração regional, a exemplo da Ponte Salvador-Ilha de Itaparica, dos projetos de mobilidade urbana e interurbana, manutenção e construção de novas estradas, ações nas áreas de infraestrutura hídrica e esgotamento sanitário, de incentivo à produção da agropecuária com ênfase na agricultura familiar, assim como na recuperação de setores mais afetados pela pandemia, como o turismo, “setor este que estamos com vários projetos de atração de investimentos na Bahia”, completou.

“A área de energia também é preponderante para fazer a economia da Bahia girar, com projetos que já temos consagrados em leilão e que terão início em janeiro de 2021”, disse Pinheiro, ao explicar ainda que o governo espera que o setor da agropecuária mantenha-se vigoroso, embalado pelo bom desempenho da produção de grãos, pela demanda crescente por alimentos e preços mais competitivos no mercado externo.

Veículo: Bocão News	
Data: 18/01/2021	

The logo for Bn@ws, featuring the letters 'Bn@ws' in a stylized font. The 'B' is white, 'n' is yellow, '@' is white, and 'ws' is yellow. The logo is set against a dark red rectangular background.

POLÍTICA

Governador da Bahia sanciona orçamento do Estado para 2021



Foi sancionada, pelo governador Rui Costa (PT), nesta terça-feira, 19, a Lei Orçamentária Anual (LOA) da Bahia para este ano de 2021. O ato foi publicado no Diário Oficial do Estado.

A LOA estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2021, apresentada sob a forma de orçamento-programa. O Orçamento está projetado em R\$ 49,3 bilhões. O texto foi aprovado na Assembleia Legislativa da Bahia na segunda-feira (18).

Distribuição

A Área Social está contemplada com R\$ 30,1 bilhões, 62,4% do total de recursos orçados para 2021. Têm participação destacada na LOA as funções Saúde (15,7%), Educação (13,1%) e Segurança Pública (10,2%). A expectativa para 2021 é que a retomada gradativa da atividade econômica no Estado impulse a recuperação dos setores da Indústria e dos Serviços, os mais atingidos pelos impactos causados pela pandemia do coronavírus.

“Mesmo com todas as restrições fiscais e incertezas macroeconômicas, estamos focados na manutenção do nível de investimentos públicos, já que a Bahia é o segundo Estado que mais realiza investimentos, ficando atrás apenas do Estado de São Paulo. Por isso estamos apontando na perspectiva de ampliar nosso investimento com recursos do Estado, para alcançar o nível de R\$ 3 bilhões”, ressaltou o secretário quando entregou a proposta orçamentária ao presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, deputado Nelson Leal, em 30 de setembro.

O secretário de Planejamento também citou projetos estruturantes como vetores de desenvolvimento e integração regional, a exemplo da Ponte Salvador-Ilha de Itaparica, dos projetos de mobilidade urbana e interurbana, manutenção e construção de novas estradas, ações nas áreas de infraestrutura hídrica e esgotamento sanitário, de incentivo à produção da agropecuária com ênfase na agricultura familiar, assim como na recuperação de setores mais afetados pela pandemia, como o turismo, “setor este que estamos com vários projetos de atração de investimentos na Bahia”, completou.

OPINIÃO

opinio@grupoatarde.com.br

Os artigos assinados publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opiniao@grupoatarde.com.br Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

Tempo Presente

tempopresente@grupoatarde.com.br

Segunda onda ameaça vendas no varejo

A pressão sobre as variáveis determinantes do consumo, emprego, renda e crédito, aliada à chegada da segunda onda de contaminação por covid-19 e possíveis restrições da atividade econômica, ameaçam o desempenho do comércio.

O alerta tem como aditivo a inflação oficial de 4,3% no geral, com o grupo de alimentos e bebidas fechando em 14%, ocasionando um maior impacto no orçamento das famílias, de acordo com estudos divulgados pela Federação do Comércio (Fecomércio).

Para aumentar o desafio de enfrentamento dos próximos meses, diante de um risco maior de inadimplência, os bancos podem voltar a tornar o crédito mais seletivo, mantendo suas taxas de lucro.

No acumulado do ano, o varejo baiano retraiu 7,1% e -7,7% se considerar o período da pandemia, de março a novembro. O prejuízo financeiro do setor nos últimos nove meses foi de R\$ 6,2 bilhões, calcula o consultor Guilherme Dietze, ao avaliar o desempenho em 2020.

ESTAGNAÇÃO - Em novembro, o comércio varejista da Bahia faturou 10,67 bilhões de reais, representando um simbólico 0,5% (meio por cento) de crescimento em relação a igual mês do ano anterior.

Desde o início da recuperação do setor no estado ocorrida em agosto, essa última variação foi a menor, indicando que o ritmo de consumo deve arrefecer nos meses seguintes.

Segundo a análise divulgada pela Fecomércio, as notícias sobre o aumento de casos de coronavírus no país, aliado ao fim do auxílio emergencial, pode ter deixado os consumidores mais cautelosos em comprometer a sua renda com produtos mais caros.

“Por que sucatearam as Forças Armadas por 20 anos? Quem decide se o povo vai viver na democracia ou na ditadura são as Forças Armadas. Não tem ditadura onde as elas não apoiam. No Brasil, temos liberdade ainda”

JAIR BOLSONARO, presidente da República, em conversa ontem com seus apoiadores



Uendel Galter / Ag. A TARDE

EM EXTINÇÃO | Responsáveis durante décadas pelo transporte de pessoas e cargas do Recôncavo para Salvador, saveiros navegam em número ínfimo - 20 - os mares que povoavam. Hoje, Dia do Saveiro, nos resta celebrar sua beleza e história.

Afundamentos anunciam fim dos navios da Bahia

Durval Ramos Neto

Jornalista, advogado, escritor, procurador do estado aposentado, ex-presidente da OAB-BA, sócio da SOAMAR.

durval@ramosnetoneimann.com

Submarinos alemães e italianos afundaram, durante a II Guerra Mundial, dezenas de navios brasileiros e estrangeiros em nossas costas. Mas não conseguiram por a pique os navios mercantes da Bahia, graças às perigosas manobras evasivas próximas às praias executadas com maestria por Comandantes como Polidoro, Metidieri, Ramos e outros, levando com sucesso suprimentos estratégicos à base aeronaval de Natal, RN.

Permaneceram, então, navegando, os vapores Canaveiras, Ilhéus, Porto Seguro, Paraguaçu e, depois, os navios a diesel,

como o 2 de julho. A Bahia se orgulhava da sua frota mercante que singrava águas oceânicas, chegando ao Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá e Antonina, atuando também na pequena cabotagem, transportando bens e passageiros a Ilhéus, Canaveiras, Belmonte, Prado, Alcobaça e Mucuri.

Havia os paquetes José Marcelino e Bahia. E o cargueiro Guarujá além dos que faziam a linha interna, costeando a Ilha, chegando a Itaparica, Pirajuaia, Natarandiba, Mutá, Cações, Catu, Santo Amaro,

Que os governantes algum dia adotem medidas de real incentivo ao transporte e turismo náuticos

hoje Jiribatuba e Cacha Pregos, pernolando em Jaguaripe. Eram os valentes Mascote, Visconde de Cairu, João das Botas, Itaparica, Maragogipe, Nazaré e Cachoeira.

Os afundamentos do ferry Agenor Gordilho e do rebocador Veja, mencionados em belo artigo do professor Paulo Hormindo de Azevedo, podem ter significado, pelo caráter absurdamente festivo, a abertura de triste caminho a ser trilhado pelo que resta da frota, criando-se no fundo do mar o mais famoso cemitério naval do Brasil, onde conviverão em paz peixes, siris, lagostas, mergulhadores e as almas de todos os bravos marinheiros baianos já falecidos que um dia cortaram os mares do Brasil.

A construção de estradas deu o primeiro sinal. O sistema ferry boat ajudou no fim das viagens na belíssima contra costa. Pequenas e perigosas lanchas vão e vêm de Mar Grande. Modestas escunas de

aluguel propiciam passeios a recantos das ilhas.

Novas embarcações dotadas de conforto e equipamentos atuais de navegação poderiam levar turistas às cidades do litoral oceânico e das ilhas, exibindo com orgulho as belezas destas e da maior baía do País além do transporte de mercadorias e passageiros. Molhes de atracação e adequada hotelaria ao turismo receptivo são necessários, convocando-se e incentivando-se a participação do capital privado nestes projetos.

A ilha, como afetuosamente a chamamos, como se outra não existisse, já possui uma ponte. A do Funil. A outra, bem maior, parece incontornável, apesar do mau humor de românticos e ambientalistas. Que os governantes algum dia adotem medidas de concreto e real incentivo ao transporte e turismo náuticos, gerando emprego e renda para milhares de conterrâneos.

ESPAÇO DO LEITOR

opinio@grupoatarde.com.br

🎵 Música na pandemia

Fui despertado na manhã de sexta (15/01) com um som, na realidade não de um cantor e sim um cantante; atento, presente canções de amor na sua coletânea; dizia da mulher amada, do coração partido, lágrimas de saudades, eram assim sentimentos gostosos de ouvir. A curiosidade foi crescendo a descobrir aquele sujeito, pensando que provavelmente havia acordado bem humorado, podemos até dizer feliz, neste estado mais próprio a espantar seus males pelo clima que hoje vivemos nessa fatídica pandemia da Covid-19. O palco era uma obra de engenharia vizinha a moradia de nossa família, quando me surpreendi com um “peão” e um pequeno gravador em parceria com sua voz, o que contagiava os demais colegas. Marquei pelo macacão e capacete e fui ao seu encontro, era o Érico; cantava, feliz por estar trabalhando, sua mulher e filhos ilesos da pandemia; agradecido a Deus! Digo: nesse homem não existe medo, nem fracasso, as dores que o mundo provoca não o atinge tanto; capaz de enfrentar os desapontamentos, aprende com a experiência do erro. Esse “peão” deixa o exemplo de um homem de fé, humilde e rico de espírito o que marca a sua dignidade. Canta para irradiar feli-

cidade! THELMOGAVAZZA, TGAVAZZA@YAHOO.COM.BR

📧 Fechamento da Ford

O governo baiano fala em negociações com empresas chinesas, sul-coreanas e indianas, porém há questões básicas que precisam ser esclarecidas tais como: e as máquinas e equipamentos que estão na planta agora? A Ford vai deixar tudo lá ou vai retirá-los até por questões de confidencialidade? E como fica toda a documentação técnica que lá está? Qual a estratégia de descomissionamento da unidade? Nenhum investidor vai investir neste negócio sem que estas questões estejam bem esclarecidas. E os diversos contratos que estão em vigor, já foram equacionados jurídica-

Realmente, a defesa do time [Bahia] é um desastre, ninguém marca, nem se entende, ninguém pula e ficam muito de costas em várias oportunidades

mente? Já vivenciei este processo no setor petroquímico e posso assegurar que é complexo e demanda algum tempo. E qualquer investidor, seja nacional ou estrangeiro, não quer contratempos na sua frente. Que este episódio nos permita refletir criticamente a questão dos incentivos fiscais que facilitam a implantação, mas que não são suficientes para assegurar a viabilidade do negócio numa perspectiva de longo prazo. ANGELO DE ASSIS FREITAS, AAFANGELO@HOTMAIL.COM

📧 Bahia rumo à série B

Mandei várias mensagens sobre a deficiência técnica e física do elenco do E. C. Bahia, que aumenta a cada dia, e os resultados são desastrosos com o fantasma da série B voando por cima da sede do clube. Realmente, a defesa do time é um desastre, ninguém marca, nem se entende, ninguém pula e ficam muito de costas em várias oportunidades, o meio de campo desorientado e o ataque, cardíaco, vive do oportunismo de Gilberto e da qualidade de Ramires. O resto, bem podiam estar nas séries B e C, mostrando suas “qualidades” pois não aproveitaram por aqui. Na verdade também falta bom preparo físico para que os jogadores fiquem marcando os adversários, fungando no pescoço deles e mudando para um esquema 5-3-2, com a defesa mais robusta sempre com mais um

de socorro. Se não for mudado, não esperem nada de bom. ALBERTO PAIM, ALBERTO PAIM@HOTMAIL.COM

📧 13º antecipado

Tendo em vista que o 13º salário do pensionista do INSS foi antecipado no ano passado, bem que neste 2021, nada mais justo, também possa o governo pagar em 2021 na mesma data. Isso porque aliviaria o povo sofrido que só tem essa renda para sobreviver. O auxílio emergencial surtiu um bom efeito na economia em geral. Quem quis recebeu, quem foi sabido recebeu em dobro. Haja visto que o INSS vem achatando os reajustes cada vez mais, dentro de pouco tempo os “velhinhos” viverão na miséria. Nem todos têm parentes políticos que mantêm os aposentados na ativa com cargos altos vitalícios. Quem viver verá! CRISTINA ARAÚJO, TINA_VENTURA2005@YAHOO.COM.BR

ERRAMOS

Caderno Municípios

A data correta de circulação da próxima edição do caderno A TARDE Municípios é 28 de janeiro, e não 27, como publicado na coluna O Carrasco de ontem.

ECONOMIA

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

O comportamento do presidente Bolsonaro durante esta pandemia não foi apenas execrável, foi criminoso. Ele deveria estar hoje respondendo a um processo de impeachment. Brasileiros morreram por causa da sua atitude e de suas decisões. Ele é o chefe do governo e dá o comando. Uma sucessão de erros tem origem em ordem direta do presidente. O Ministério da Saúde demorou a negociar a compra de vacinas e perdeu várias oportunidades de negócio, o Itamaraty deixou de fazer acordos e criou crises bizarras com países como a China.

O ministro Pazuello, em mais uma de suas desastrosas entrevistas, mostrou ontem que não sabe qual é o inimigo. "Essa é a nossa guerra", disse, e não se referia ao vírus, mas, sim, à imprensa. "A guerra contra as pessoas que estão manipulando o nosso país há muitos anos". Depois, declarou guerra aos fatos. Negou ter feito o que fez, e falou o que falou, numa tempestade de mentiras desconcertante. Disse que nunca indicou cloroquina, nunca falou em tratamento precoce. Há documentos

divulgados por sua gestão, há declarações públicas que desmentem o ministro. Com o governador ao lado, garantiu que atendeu, sim, ao Amazonas, mas as mortes por asfixia de amazonenses falam por si. Por que mente o ministro Pazuello? Porque o presidente mente.

Ontem, Bolsonaro disse "apesar da vacina". Era 'apesar' mesmo que ele queria dizer. Ele torceu contra. Ele comemorou quando um voluntário dos testes clínicos morreu, em novembro. "Morte, inváldez, anomalia. É a vacina que o Dória queria obrigar os paulistanos. Mais uma que Jair Bolsonaro ganha". A morte foi por suicídio. O presidente usava a tragédia para mentir mais uma vez sobre a vacina que ele sempre viu como uma queda de braço com João Dória.

Se o governador de São Paulo

não tivesse dado a ordem firme ao Butantan de que importasse a vacina mesmo antes da aprovação da Anvisa e mesmo diante de todos os ataques do presidente, o Brasil não teria vivido o dia de ontem. Nem teria vivido o domingo, o dia de Mônica Calazans, a enfermeira paulista. O governo federal perdeu várias chances de se abastecer de vacina. Em negociações internacionais, o Brasil pediu menos que precisava ou se atrasou nas conversas. Com erros assim, estamos atrás até de países vizinhos.

A Fiocruz acertou por não se deixar contaminar pelas mensagens truncadas do governo. Terá a capacidade de produzir aqui a vacina, mas neste momento aguarda o lote de dois milhões de doses prontas que está retido na Índia. Depois, dependerá do ingrediente Farmacéu-

tico Ativo (IFA), que virá da China e que, neste momento, está pendente da burocracia do Escritório de Vacinas da China, um órgão chinês que coordena todas as ações para exportação de imunizantes.

Os canais diplomáticos poderiam fazer tudo isso andar mais rápido, mas eles estão obstruídos. O presidente, o filho do presidente e o Itamaraty fizeram, em várias ocasiões, críticas gratuitas à China. Bolsonaro chegou a dizer que não compraria a vacina da China "porque ela não transmite segurança para a população pela sua origem". Em novembro, depois de mais um ataque de Eduardo Bolsonaro à China, o ministro Ernesto Araújo, em vez de apaziguar, criticou o embaixador por ele ter reagido à agressão. Agora é da China que necessitamos para receber o IFA

da vacina da AstraZeneca.

Ao longo desta pandemia, houve por parte de Bolsonaro palavras sórdidas e omissões. Essas omissões mataram. O ministro da Saúde errou e os erros custam vidas. Quantas? O Brasil tem 10% das mortes por Covid-19 e 2,7% da população global. Estamos desperdiçando vidas aos milhares.

Ontem, Bolsonaro mais uma vez ameaçou o país com ditadura - "se as Forças Armadas quiserem". Quer provocar uma nova polêmica e desviar a atenção do ponto central ele deveria estar respondendo a um processo de impeachment. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, afirmou que "no futuro" esse tema deve entrar em pauta, mas agora a questão é a pandemia. "Com tantas vidas perdidas, como o caso dramático de Manaus, acho que esse tem que ser o nosso foco". O erro de Maia é não fazer a correta relação de causa e efeito. O colapso de Manaus não é uma fatalidade. Poderia não ter acontecido se o governo fosse outro. Deixar o presidente no comando está provocando mais mortes. Esse é o foco.

24h

ECONOMIA

Malha aérea baiana tem recuperação superior a 80%

EM JANEIRO Depois de um ano em que as companhias de aviação chegaram a reduzir a oferta de voos a praticamente o essencial, por causa da pandemia, a Bahia registra uma surpreendente recuperação da malha aérea neste janeiro de 2021, de acordo com a Secretaria Estadual de Turismo (Setur).

No aeroporto de Salvador, a recomposição chega a cerca de 85% em relação ao período anterior à crise do covid-19. Em outras grandes cidades turísticas, como Porto Seguro, o número de frequências também é próximo ao do mesmo período de 2020, enquanto em Ilhéus chega a ser superior.

Segundo a Setur, informações da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) mostram que previsão é que cheguem ao aeroporto de

Salvador este mês 2.536 voos domésticos e 26 internacionais. De acordo com a concessionária Vinci Airports, o equipamento vem recuperando de maneira gradual e progressiva o número de assentos e destinos suspensos por conta da pandemia.

A oferta prevista para janeiro de 2021 é de 813.107 assentos, equivalente a aproximadamente 85% do que foi ofertado no mesmo mês do ano anterior, quando chegou a 956.942. Em comparação ao auge da pandemia, em abril, quando o número de assentos ofertados foi de 36.428, o crescimento previsto para este mês de janeiro é superior a 2.000%.

Segundo ainda dados da Vinci Airport, a recuperação se dá de maneira mais acelerada na malha doméstica, que em janeiro de 2021 está



Anac prevê que cheguem ao aeroporto de Salvador este mês 2.536 voos domésticos e 26 internacionais

ofertando 799.848 assentos, enquanto que no mesmo período de 2020 o volume foi de 898.421. A reposição mais expressiva é da Gol Linhas Aéreas, que, além de repor a malha disponível em janeiro de 2021, aumentou em 25% a sua oferta de assentos no Salvador Bahia Airport.

Os voos internacionais,

que chegaram a ser totalmente suspensos nos primeiros meses da pandemia, vêm voltando gradativamente. A primeira companhia a retomar as frequências, já em setembro, foi a portuguesa TAP, que interliga Salvador a Lisboa. Em dezembro, Salvador voltou a receber voos de Buenos Ai-

res, pela Aerolíneas Argentinas; de Madri, pela Air Europa, e de Santiago do Chile, pela JetSmart.

Para o titular da Setur, Fausto Franco, os números demonstram uma retomada expressiva da conectividade aérea e confirmam que a Bahia permanece como grande aposta para os turistas.

Mais*

VACINAÇÃO EM SALVADOR TEM INÍCIO HOJE; A META É IMUNIZAR 2,5 MIL PESSOAS NESSE PRIMEIRO DIA



Voo com as 376.600 doses chegou de Confinis (MG) às 22h20 de ontem. Elas serão distribuídas para Salvador e mais 8 cidades baianas

188 mil baianos deverão ser vacinados na 1ª etapa

A Bahia deve vacinar cerca de 180 mil pessoas na primeira etapa da imunização, que começará hoje. Segundo o governo baiano, foram encaminhadas 376.600 doses da Coronavac. E como são duas doses para completar a imunização, elas devem vacinar cerca de 188 mil. Neste primeiro momento, serão vacinados profissionais de saúde da linha de frente e em unidades de saúde de urgência e emergência, idosos que vivem em instituições de longa permanência e indígenas.

Assim que chegaram à Bahia, as doses da vacina foram levadas para a sede do Grupoamento Aéreo da Polícia Militar. O local foi escolhido como ponto de guarda do imunizante e lá a Secretaria de Saúde do Estado (Sesab) preparou uma sala de refrigeração para abrigar as doses por até três horas.

No Graer, foi iniciado o processo de separação e distribuição das vacinas para o interior. Segundo a Sesab, cerca de 45 mil doses serão disponibilizadas para a capital baiana e, por segurança, a quantidade das doses destinadas aos demais municípios não será divulgada neste momento. As primeiras cidades a receberem os voos serão Barreiras, Guanambi, Ilhéus, Itrecê, Vitória da Conquista, Juazeiro e Lençóis. Além das aeronaves, a distribuição vai acontecer com uso de 243 caminhões e caminhonetes, escoltados pela Polícia Militar.

Momento histórico. A Bahia, o governador Rui Costa e o prefeito Bruno Reis dão o exemplo para o Brasil. Aqui, briga-se só contra o coronavírus. Quando a vida das pessoas está em risco nós temos que nos unir. Aqui, mais uma vez, a Bahia dá exemplo. Leo Prates, secretário de Saúde de Salvador

A vitória contra a covid-19 começou

Bahia recebe as primeiras 376 mil doses de Coronavac para iniciar esquema de proteção

Gabriel Moura e Daniel Aloisio*
REPORTAGEM
redacao@correio24horas.com.br

Depois de 318 dias de pandemia, a esperança de vencer o coronavírus chegou à Bahia às 22h20 de ontem, na forma das primeiras 376 mil doses da Coronavac, vacina contra a covid-19 produzida pelo Instituto Butantan com a empresa chinesa Sinovac.

O voo A330 da Azul, vindo de Belo Horizonte, desembarcou com os imunizantes após muitos desencontros. A expectativa inicial era de pouso às 8h50, depois foi adiado para 10h, 18h e, finalmente, 22h.

Após tocar o solo, a carga foi retirada ainda no Aeroporto Internacional Luís Eduardo Magalhães e seguiu para a sede do Grupoamento Aéreo da Polícia Militar (Graer), de onde será distribuída para o estado. Serão 45 mil doses para Salvador e as outras 332 mil para oito cidades do interior do baiano.

A distribuição para os demais municípios tinha prazo de começar três horas após a chegada das doses. "A ideia é

que o transporte terrestre seja usado para levar as doses para as cidades da Região Metropolitana de Salvador. Já aviões levarão as vacinas para as cidades polo mais distantes da capital. A partir do momento que o município receber as doses, a cidade já tem condições de vacinar", explicou Fábio Vilas-Boas, secretário estadual de Saúde.

IMUNIZAÇÃO

A vacinação em Salvador já começa hoje, às 7h. A primeira vacinada vai ser uma idosa moradora do Centro de Geriatria e Gerontologia das Obras Sociais Irmã Dulce (OSID). Na cerimônia estarão presentes o prefeito de Salvador, Bruno Reis, e o governador Rui Costa (leia a pág 16). Na cidade, a expectativa é de vacinar 2,5 mil pessoas do grupo prioritário nesse primeiro dia de campanha.

Segundo o secretário de Saúde de Salvador, Leo Prates, não existe risco da vacina ser insuficiente para imunizar as primeiras 22 mil pessoas do grupo prioritário. "A orientação técnica do Ministério da Saúde é, por exemplo, eu lhe vacinei e já deixo estocada a sua segunda dose. Por isso até a capacidade de

imunização é menor. Isto é para evitar que aconteça o mesmo problema que foi registrado no Reino Unido. Lá eles tiveram que autorizar imunizar, com a segunda dose, com outros tipos de vacina para não perder a imunização. Então a recomendação é: eu lhe vacinei e já deixo reservada a segunda dose", explicou o titular da SMS.

Este primeiro lote irá atender a cerca de 180 mil baianos que serão beneficiados na primeira fase da vacinação, que inclui profissionais de saúde, idosos com mais de 75 anos, pessoas acima dos 60 que vivem em instituições de longa permanência, indígenas e comunidades tradicionais; além de pessoas privadas de liberdade. A vacinação também será gratuita.

Fábio Vilas-Boas acrescentou que a expectativa é que em 15 dias a Bahia receba novo suprimento de doses para ampliar a capacidade de atendimento. "Estamos começando a vacinação e teremos de trabalhar para vacinar o máximo de pessoas e esperar chegarem doses para ampliar o número de pessoas e encurtar o prazo.

*COM ORIENTAÇÃO DA SUBCHEFE DE REPORTAGEM MONIQUE LÓBO.

Lutamos muito para chegar aqui. A Bahia conseguiu atravessar esses 11 meses de pandemia tendo uma das mais baixas taxas de mortalidade do país. Agora é ter um pouco mais de paciência, manter as medidas de prevenção, porque estamos apenas começando a vacinação e teremos de trabalhar para vacinar o máximo de pessoas possível. Fábio Vilas-Boas, secretário de Saúde do Estado

Estado registra 2,5 mil novos casos de covid-19 em 24h

A Bahia registrou mais 29 mortes e 2.548 novos casos de covid-19 (taxa de crescimento de +0,5%) em 24h, de acordo com boletim epidemiológico divulgado pela Secretaria da Saúde do Estado (Sesab) no final da tarde de ontem. No mesmo período, 3.582 pacientes foram considerados curados da doença (+0,7%). Dos 540.320 casos confirmados desde o início da pandemia, 519.660 já são considerados recuperados, e 10.993 encontram-se ativos.

O número total de óbitos por covid-19 na Bahia desde o início da pandemia é de 9.667, representando uma letalidade de 1,79%.

Os casos confirmados ocorreram em todos os 417 municípios baianos, com maior proporção em Salvador (22,37%). Os municípios com os maiores coeficientes de incidência por 100 mil habitantes foram: Ibirataia (10.743,21), Muniz Ferreira (8.811,64), Itororó (8.698,85), Conceição do Coité (8.624,57) e Itabuna (8.462,50). Em todo o estado, 38.642 profissionais da saúde foram confirmados com a covid-19.

Ainda de acordo com a Sesab, o boletim epidemiológico contabiliza 937.543 casos descartados e 131.297 aguardando resultado.

Do total de leitos na Bahia, a ocupação nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI) adulto é de 76%. A ocupação nos leitos de UTI pediátrica é de 54%.

9.667

personas já morreram no estado desde o início da pandemia, de acordo com os dados da Sesab; com isso, a letalidade da doença está em 1,79%

Tudo o que você precisa saber para ser vacinado

Imunização em Salvador começa hoje, às 7h, com paciente idosa das Osid

Carolina Cerqueira*

REPORTAGEM
carolina.cerqueira@redesbahia.com.br

Depois de meses de espera, a vacinação contra a covid-19 finalmente será iniciada na Bahia, nesta terça-feira, 19,

às 7h. A primeira pessoa a receber o imunizante será uma idosa residente no Centro de Geriatria e Gerontologia das Obras Sociais Irmã Dulce (Osid), que fica no Hospital Santo Antônio, na Cidade Baixa. A informação foi confirmada, ontem, pelo prefeito Bruno Reis, que estará pre-

Osid abriga idosos e também profissionais de saúde, que estão entre os primeiros a receber vacina

sente à cerimônia. O governador Rui Costa também irá participar do ato.

O início da imunização em Salvador estava programado para às 10h de amanhã.

Porém, após o aval da Anvisa e o início da distribuição das doses, ontem, a prefeitura optou por antecipar a imu-

nização.

Para quem ainda tem dúvidas sobre como funcionará a campanha de vacinação, o CORREIO preparou um guia com perguntas e respostas que ajudam a entender todo o processo. Confira:

***COM A ORIENTAÇÃO DA SUBCHEFE DE REPORTAGEM MONIQUE LÓBO**

AINDA TEM DÚVIDAS SOBREA VACINA? O CORREIO TE AJUDA A ENTENDER



BRUNO REIS

ENTENDA COMO SERÁ FEITA A VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19 EM SALVADOR

• QUEM SERÁ VACINADO NESTA PRIMEIRA FASE?

Cerca de 180 mil pessoas deverão receber a vacina na Bahia inicialmente. Segundo o governo do Estado, foram encaminhadas 376.600 doses da CoronaVac para o Estado. Salvador receberá 45 mil doses, suficientes para imunizar cerca de 22 mil pessoas. Os primeiros a serem vacinados fazem parte do grupo prioritário: idosos que vivem em instituições de longa permanência, trabalhadores da saúde que atuam na rede de urgência e assistência direta aos pacientes com covid-19 (UPAs, gripários, Samu 192) e hospitais, incluindo os de campanha. A prefeitura ressalta que a população não deve se direcionar a nenhum ponto de vacinação neste momento.

• QUAIS SÃO AS FASES DO PLANO DE IMUNIZAÇÃO?

O plano inicial para a primeira fase prevê que todos os trabalhadores da área da saúde e toda a população idosa a partir de 75 anos seja vacinada com prioridade. Além disso, idosos com 60 anos ou mais que vivem em instituições de longa permanência, asilos ou instituições psiquiátricas, e toda a população indígena, aldeados e povos de comunidades ribeirinhas também devem ser imunizados na primeira fase. Esse grupo reúne 168.355 pessoas. Na segunda fase, estão as pessoas de 60 a 74 anos. O grupo contabiliza 185.556 pessoas. Na terceira fase, estão pessoas com as comorbidades crônicas, obesidade e transplantados,

somando 149.068 pessoas. Na quarta e última fase prioritária, com 69.858 pessoas, serão englobados os trabalhadores da educação, pessoas com deficiência severa, membros das forças de salvamento, funcionários do sistema de privação de liberdade, trabalhadores de transporte coletivo, transportadores rodoviários de cargas e privados de liberdade.

• E OS PREPARATIVOS?

A prefeitura de Salvador garante estar preparada para aplicar cerca de 15 mil doses por hora. O esquema do Plano Municipal de Imunização prevê a disponibilização de 202 salas e 506 boxes para a aplicação das doses, além de equipes de saúde que realizarão a vacinação extramuros, em instituições que abrigam idosos e hospitais, em residências com indivíduos contemplados pelo plano prioritário (veja acima) que encontram-se acamados, bem como a população de rua. A cidade dispõe de mais de um milhão de seringas e cerca de 450 mil agulhas no almoxarifado da rede municipal. Foram convocados 150 vacinadores.

• E OS PONTOS DE VACINAÇÃO NA CAPITAL?

Em Salvador serão 23 centros, 9 pontos de drive-thru, 73 instituições de longa permanência e asilos, instituições hospitalares (para portadores de doenças crônicas internados e trabalhadores da saúde), domicílios para acamados e vacinação nas ruas para a popu-

lação em situação de rua. Um desses locais será o Complexo de Saúde Clementino Fraga, nos Barris. Demais pontos serão divulgados conforme as vacinas forem chegando.

• EM QUAIS HORÁRIOS?

De segunda a sexta-feira, das 8h às 17h. Também há a possibilidade de estender o horário dos serviços para às 22h durante a semana; além de funcionar aos sábados, domingos e feriados. Para garantir maior segurança à população, será solicitado apoio dos profissionais de segurança para escoltar o transporte das doses e atuar nos locais de vacinação.

• QUEM PODE TOMAR VACINA CONTRA A COVID-19?

O Plano Nacional de Vacinação apresenta contraindicações para menores de 18 anos, gestantes e lactantes porque as vacinas não foram testadas nesses grupos. Segundo o médico alergista Jorge Benevides, que atua no Cento Médico Garibaldi, as pessoas que já têm processos alérgicos pré-existentes devem ficar atentas. "Quem tem alergia a frutos do mar e ovo, por exemplo, deve ter atenção. Mas a gente não tem conhecimento neste exato momento de ninguém com alergia prévia que tenha tomado a vacina e desenvolvido algum quadro aqui no Brasil", pontua.

• O QUE PRECISA LEVAR?

Quem for do grupo de risco

precisa apresentar relatório médico que comprove a prioridade. Quem for se vacinar não precisa ter cartão de vacinação. A prefeitura vai contar com sistema informatizado para fazer ou atualizar o cadastro dos vacinados. O acompanhamento é exigência da Anvisa.

• QUANDO SERÁ APLICADA A SEGUNDA DOSE?

O intervalo entre as aplicações deve ser de 14 a 28 dias.

• QUANDO TERÁ MAIS VACINA DISPONÍVEL?

O Instituto Serum da Índia, que produz 2 milhões de doses da vacina de Oxford/AstraZeneca, acredita que os imunizantes devem ser enviados ao Brasil em duas semanas. O Instituto Butantan pediu ontem à Anvisa nova autorização para uso emergencial de mais 4 milhões de doses da Coronavac.

• A IMUNIDADE É IMEDIATA?

A imunidade só é garantida entre 30 e 60 dias após a aplicação da segunda dose da vacina. Por isso, as autoridades de saúde pública recomendam que os protocolos de segurança sejam mantidos, com uso rotineiro da máscara facial, higiene com álcool em gel e zero aglomerações. Há a possibilidade de que, mesmo vacinada, uma pessoa pegue o novo coronavírus, não desenvolva a doença, mas transmita, principalmente porque a imunização não irá acontecer em todas as pessoas ao mesmo tempo.

Live Para tirar todas as dúvidas sobre a vacinação contra a covid-19, o programa +Saúde Bem-Estar, apresentado nesta terça-feira (19) pelo jornalista @jorgegauthier, no Instagram @cor-reio24horas receberá Dolane Lemos (@dolane-sozza), a subcoordenadora de Doenças Imunopreveníveis da Secretaria Municipal de Saúde de Salvador (@smssalvador). O programa começa pontualmente às 18h. Quer participar e mandar suas dúvidas? Envie sua pergunta para o WhatsApp (71) 98757-9445; ou comente no link do Instagram nessa postagem: glo.bo/2M2ewJr

A imunidade à covid-19 só é garantida entre 30 e 60 dias após a aplicação da segunda dose da vacina. Por isso, mesmo vacinadas, as pessoas ainda terão de manter cuidados e isolamento

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data 19/01/2021	Página: 02

Tribuna

Ford

A decisão da Ford em suspender a fabricação de veículos no Brasil pegou todos de surpresa, não só os governantes mas, principalmente, os proprietários de carros da marca, donos de concessionárias e funcionários. E após a surpresa, logo chega a apreensão dos que compraram e venderam veículos novos da montadora no curso da notícia. Os adquirentes insistem em desfazer a compra, enquanto que os vendedores ficam sem saber o que fazer com os pedidos feitos, veem as vendas canceladas renunciando demissões e até o fechamento de suas empresas. A Justiça vai ter trabalho.

Turismo em crise

O deputado Bobô (PCdoB) apresentou, na Assembleia Legislativa, indicação endereçada ao governador Rui Costa para amenizar os efeitos da pandemia da Covid-19 em comunidades baianas que têm no turismo sua fonte de renda. Entre as medidas sugeridas estão acesso a itens de segurança e prevenção da Covid-19 como máscaras, álcool gel, álcool 70% e luvas, bem como a concessão de um auxílio emergencial financeiro para todos aqueles que não foram contemplados com o benefício do Governo Federal e que integrem o segmento de turismo comunitário.

Gastos

A Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado calculou, em relatório divulgado ontem, que os gastos com a Covid-19 em 2021 somam R\$ 36,1 bilhões até o momento.

Tribuna

Deputados estaduais defendem intervenção na Ford da Bahia



OLÍVIA afirmou que é fundamental "disponibilizar o local para atração de novos investidores"

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTE

Os deputados estaduais baianos Júnior Muniz (PP) e Olívia Santana (PCdoB) saíram em defesa dos interesses da Bahia e dos funcionários do Complexo Ford Nordeste, em Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador. Em indicações apresentadas na Assembleia Legislativa e endereçadas ao governador Rui Costa (PT), eles reivindicaram que seja determinada uma intervenção política e administrativa que desaproprie e devolva o empreendimento ao patrimônio do Estado.

"É lamentável que isso ocorra, principalmente agora, diante do tempo difícil que estamos enfrentando com a pandemia. A decisão de en-

cerramento das atividades custou o emprego de aproximadamente 12 mil trabalhadores diretos e outros 60 mil indiretos, impactando significativamente na economia do Estado e na renda de milhares de famílias baianas", destacou Muniz. Ele relembrou que o Governo do Estado forneceu um conjunto de incentivos fiscais, financeiros e de infraestrutura para a instalação do Complexo Ford, amparado no Programa Especial de Incentivo ao Setor Automotivo da Bahia (Proauto).

"Precisamos buscar soluções para o Complexo Industrial deixado pela Ford, a fim de retornarmos para a Bahia parte dos incentivos, entre eles a devolução dos bens imóveis concedidos, garantindo o equilíbrio da situação econômica e finance-

ra, bem como a escassez do emprego. Nesse sentido, me coloco a inteira disposição do governador Rui Costa para defender os interesses da Bahia e dos baianos", defendeu o pepista. Olívia, por sua vez, afirmou que é fundamental "disponibilizar o local para atração de novos investidores e montadoras e gerar para os trabalhadores e as trabalhadoras desamparadas". Por fim, a parlamentar lembrou que "criada para pensar soluções e estratégias em relação ao fechamento da empresa e diminuir os impactos, a Frente reúne deputados estaduais, representantes da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil e empregados da Ford".

Na última semana, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Nelson Leal (PP), conversou

com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia, Júlio Bonfim, e outros sindicalistas sobre o fechamento da planta da Ford, em Camaçari, medida que eliminará 12 mil empregos diretos e outros 50 mil indiretos – "um desastre de proporções ainda não dimensionadas e inédito na Bahia", conforme frisou o presidente do Legislativo.

Recepcionaram os operários os deputados Rosemberg Pinto (PT), Vítor Bonfim (PL), Olívia Santana, Hilton Coelho (Psol), Jurailton Santos (Republicanos), José de Arimateia (Republicanos), Júnior Muniz, Zó (PCdoB), e o deputado federal Sargento Isidório (Avante). Os parlamentares se prontificaram em construir uma Frente Parlamentar suprapartidária em defesa da fábrica da Ford.

Presidente do BB fica no cargo, e privatização volta a debate

Fechamento de agências deve sofrer ajuste, mas demissão voluntária é mantida

Bernardo Caram e Fábio Pupo

BRASÍLIA Ameaçado de demissão pelo presidente Jair Bolsonaro na semana passada, o presidente do Banco do Brasil, André Brandão, permanecerá no cargo, de acordo com membros do governo.

Foco do atrito com o Planalto, a reestruturação do banco será mantida, sem mudanças no plano de demissão voluntária — que continua disponível no sistema interno dos funcionários.

A principal justificativa para a manutenção do programa é que ele traz incentivos e tem adesão voluntária.

Ajustes devem ser feitos apenas na parte do pacote que pre-

vê o fechamento de agências. Segundo relatos, é possível que haja uma revisão de parte das unidades que seriam fechadas, com substituição por outras.

Auxiliares do ministro Paulo Guedes (Economia) afirmam que o desfecho do caso é um sinal positivo para uma eventual privatização do banco, plano desejado pela equipe econômica, mas que sofre com resistência de Bolsonaro.

Avaliação é que manter o BB competitivo, rentável, com as contas ajustadas e sem interferência política pode abrir caminho para uma oportunidade de venda da instituição no futuro.

A revisão das agências que serão fechadas para manter o atendimento bancário em pequenos municípios é uma ati-

tude que membros do governo esperam dos administradores do banco e é citada até como uma medida de bom senso.

Isso porque fechar postos de atendimento em cidades menores é um tipo de iniciativa que gera críticas de prefeitos e estimula reações de parlamentares. Tanto o Planalto quanto a equipe econômica vêm sendo cobrados.

O momento é delicado porque Câmara dos Deputados e Senado estão em campanha eleitoral para a escolha de suas respectivas presidências. Na Câmara, o Planalto decidiu apoiar o candidato Arthur Lira (PP-AL) em uma disputa que segue indefinida.

Também é mencionada a necessidade de aprimorar a

comunicação entre o banco e o governo em propostas que podem soar como sensíveis, mas que têm fundamentação técnica para a empresa.

De qualquer forma, mesmo com uma eventual reanálise, a essência do plano de enxugamento não deve sofrer grandes alterações.

Nos planos do Ministério da Economia para uma privatização do Banco do Brasil, o time de Guedes defende que as políticas de governo no setor bancário tenham como foco a Caixa Econômica Federal, com microcrédito, pagamento de benefícios, auxílios e outros serviços, e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), para operações mais

estruturadas e de longo prazo. Membros da pasta afirmam que o país é bem servido pelas instituições de varejo do setor privado e registra um forte crescimento da abrangência dos bancos digitais.

A privatização do Banco do Brasil é defendida por Guedes, enquanto Bolsonaro não quer ver o assunto discutido em seu mandato.

Em reunião no Palácio do Planalto em maio de 2020, o ministro reiterou sua posição pela venda.

“BNDES e Caixa, que são nossos, públicos, a gente faz o que quer. Banco do Brasil a gente não consegue fazer nada e tem um liberal lá. Então tem que vender essa porrala”, afirmou Guedes em reunião ministerial do dia 22 de abril. A fala está em vídeo gravado pelo Planalto e tornado público pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

O então presidente do Banco do Brasil, Rubem Novais, defendeu no encontro a venda do banco. Mas Bolsonaro vetou o assunto.

“Isso aí só se discute, só se fala isso em 2023, tá?”, disse o presidente da República.

O processo de fritura do

presidente do Banco do Brasil começou na semana passada, após a divulgação do plano de enxugamento.

A cúpula do banco já via necessidade de mudanças na estrutura, mas o desenvolvimento do programa de reestruturação só foi adiante após a posse de Brandão.

Programa de demissão voluntária pode levar à saída de até 5.000 funcionários. Mas o fechamento de agências, que gerou insatisfação entre parlamentares e suas bases políticas, foi tratado como o estopim para a irritação do presidente.

Membros do governo afirmam que o anúncio veio em momento ruim porque poderia atrapalhar as negociações para a eleição do comando do Congresso.

Além disso, argumentam que o país passa por uma alta nas taxas de desemprego e que o programa de enxugamento poderia se tornar mais uma pauta negativa para o governo.

Bolsonaro chegou a determinar a demissão de Brandão, mas foi convencido a recuar por Guedes e pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.



FUNCIONÁRIOS PENDURAM UNIFORMES EM FRENTE DA FÁBRICA DA FORD EM TAUBATÉ EM PROTESTO CONTRA FECHAMENTO
Na semana passada, montadora anunciou que deixará de produzir veículos no Brasil; na cidade do Vale do Paraíba, são cerca de 830 pessoas empregadas Roosevelt Cassio/Reuters

Governo discute sistema digital para centralizar documentos

Gustavo Uribe

BRASÍLIA Sem ter conseguido viabilizar um documento de identificação que seja único no país, o governo Jair Bolsonaro (sem partido) discute lançar um sistema que possibilite ao cidadão armazenar em um mesmo local todos os seus dados públicos.

O projeto de carteira digital em análise pelo Ministério da Economia prevê a criação de uma plataforma que permita tanto ao cidadão quanto ao governo terem acesso a registros e informações de cada brasileiro, diminuindo a burocracia na apresentação de documentos para requerer serviços públicos.

A ideia é que a carteira digital seja acessada via aplicativo instalado no celular, com duas chaves de segurança: o número do CPF e a biometria digital, armazenada no sistema da Justiça Eleitoral.

Inclusão das informações na base de dados nacional só deve ser efetivada mediante a autorização do cidadão. Hoje, a carteira de motorista

e o título de eleitor, por exemplo, já podem ser usados em formato digital em aplicativos de celular. A proposta é que eles sejam centralizados em um mesmo sistema.

Não há ainda prazo oficial para que a iniciativa seja lançada. A expectativa no Planalto, no entanto, é que ela seja viabilizada e anunciada até o fim de 2022. Para isso, é necessário aumentar o alcance das bases de dados do poder público.

Atualmente, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) dispõe da identificação biométrica de 120 milhões de brasileiros. E a base mais abrangente do Executivo, que é vinculada ao CPF, reúne informações de 90 milhões de pessoas.

Inicialmente, a ideia era criar o DNI (Documento Nacional de Identificação), um registro com validade em todo o país que reuniria vários dados e dispensaria, como foi anunciado na época, a apresentação de registros como o CPF, a carteira de identidade e o título de eleitor.

Em 2018, o então presidente Michel Temer sancio-

ou uma medida, que havia sido aprovada pelo Legislativo, e a expectativa era que fosse viabilizada até o início do ano seguinte. O projeto, no entanto, não foi implementado em âmbito nacional por falta de recursos.

“A implementação desse projeto esbarra em questões como limitações orçamentárias. Na atual conjuntura, não é possível manter a iniciativa sem impactar o teto de gastos. Informamos que o TSE trabalha com o governo para viabilizar o lançamento do DNI o quanto antes, mas ainda sem previsão de prazo”, disse o TSE.

Com a iniciativa paralisada, Bolsonaro assinou em 2019 decreto que autorizou a utilização do CPF como uma espécie de número geral para acesso a informações, benefícios e serviços públicos no país.

O cadastro permite que o cidadão não informe todos os seus dados a cada demanda feita ao governo. Hoje, o sistema é integrado a 300 serviços públicos, entre eles acesso a certificado

internacional de vacinação e a solicitação de registro de pescador amador.

Para a renovação de passaporte ou a condução de um veículo, o Denatran (Departamento Nacional de Trânsito) ainda exige a apresentação de documentação específica.

Em janeiro, outro documento que foi digitalizado foi o licenciamento de veículos. O documento passou a ser disponibilizado em aplicativo, desobrigando o condutor de transportá-lo em versão impressa.

Caixa vai pagar indenizações do DPVAT por aplicativo

RIO DE JANEIRO A Caixa anunciou nesta segunda (18) que todos os pagamentos de indenizações do DPVAT serão feitos pelo aplicativo Caixa Tem.

O banco assinou contrato com a Super (Superintendência de Seguros Privados) assumindo o atendimento e o pagamento das indenizações do DPVAT. Serão considerados os sinistros ocorridos a partir de 1º de janeiro. Não há mudanças

nas regras de indenização.

A solicitação é gratuita e pode ser feita diretamente na Caixa pela vítima ou pelo beneficiário. As indenizações previstas são de até R\$ 13,5 mil por morte ou invalidez permanente ou reembolso de despesas médicas de até R\$ 2.700.

As coberturas são por colisão entre veículos, colisão com obstáculos físicos, atropelamento e capotamento.

A Super exigiu que a Caixa oferecesse uma opção de atendimento presencial para o usuário não conseguir acessar o app. **Diego Garcia**

EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E ON-LINE
1º LEILÃO 26/01/2021 ÀS 14H30 - 2º LEILÃO 05/02/2021 ÀS 14H30
BIASI leilões
Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 19/01/2021	Caderno: Economia



Agonia fiscal

Há várias soluções para o problema brasileiro, nenhuma ao alcance de um governo inepto

Luís Eduardo Assis*, O Estado de S.Paulo

18 de janeiro de 2021 | 05h00

O mar está tão revolto que não temos tido tempo para observar a rota do barco. O ano que passou foi um divisor de águas no enfrentamento do desequilíbrio fiscal. O déficit primário do governo central deve ter atingido R\$ 780 bilhões, mais de oito vezes maior que o rombo do ano anterior. A pandemia foi justificadamente incompatível com austeridade nos gastos públicos. A contaminação avança agora com maior rapidez, mas o governo nutre a quimera de que tudo pode voltar a ser como antes. Ao contrário, tudo será diferente.

A Instituição Fiscal Independente, que conhece a embrulhada como ninguém, estima no seu cenário-base que o resultado primário (ou seja, sem contar o pagamento de juros) será negativo até onde a vista alcança – mais especificamente, até 2030, quando a projeção se encerra.

Serão pelo menos 17 anos consecutivos de déficit, a partir de 2014, na sequência de 16 anos de superávit, entre 1998 e 2013. Esta previsão pressupõe a manutenção do teto de gastos, o que parece improvável, e assume com otimismo que os gastos com pessoal vão crescer menos que o Produto Interno Bruto (PIB), ao contrário do que aconteceu na década passada.

Déficits contínuos significam dívida crescente. Ao contrário do que pregam alguns analistas, não há risco de insolvência. O Brasil não está quebrado nem vai quebrar, já que se endivida na moeda que pode ele mesmo emitir. Mas isso não significa que o endividamento poderá aumentar impunemente de forma indefinida.

Se pensarmos no déficit nominal, o quadro é ainda mais funesto. Ao não aceitar a rolagem integral de papéis longos, dadas as altas taxas de juros exigidas pelo mercado, o Tesouro encurta o perfil da dívida e se beneficia de taxas menores. A diferença entre a Selic e os papéis de cinco anos, por exemplo, gira hoje em torno de 4 pontos percentuais. Encurtar a dívida reduz seu custo. Mas essa moleza vai acabar porque a Selic está anormalmente abaixo da inflação, que pode dar sinal de vida se a economia ameaçar crescer. Com juros mais altos, o crescimento da dívida vai se acelerar ainda mais. Que o mercado se prepare para as cólicas.

Há várias soluções, nenhuma ao alcance de um governo inepto. A lei do teto está por um fio. As despesas discricionárias caíram tanto que ameaçam o funcionamento das atividades básicas do governo. Uma ampla reforma administrativa, capaz de economizar recursos por meio do estímulo à meritocracia, cairia bem, mas está muito além da capacidade de articulação política do governo, hoje focado na sua própria proteção. Os vínculos ao corporativismo fizeram murchar o programa de desestatização. Privatizações, que geram receitas não recorrentes, poderiam justificar o aumento de despesas também não permanentes, como a extensão do Auxílio Emergencial, que deve vir de forma atabalhoada e conturbar ainda mais as contas públicas. Rever impostos buscando aumentar a progressividade, corrigindo injustiças, está fora de questão, já que falta ao governo destreza para propor o debate. Corte de subsídios, nem pensar. Apresentar alternativas ao teto do gasto público (nos moldes, por exemplo, do texto para discussão do BNDES O teto do gasto público: mudar para preservar, de Fabio Giambiagi e Guilherme Tinoco) também não se cogita. O ministro Paulo Guedes, mais liso que barriga de boto, já percebeu que não pode contar com o apoio do presidente e se retrai.

Tudo isso sugere que a crise fiscal será tão importante nesta década quanto a questão da dívida externa foi nos anos 80 e 90. Mas, se antes nosso antagonismo era com os credores externos, agora a conta tem de ser acertada entre nós mesmos. Não poderemos fugir deste embate, por mais que o atual governo finja que ele não existe.

***ECONOMISTA, FOI DIRETOR DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL E
PROFESSOR DE ECONOMIA DA PUC-SP E DA FGV-SP. E-MAIL:
LUISEDUARDOASSIS@GMAIL.COM**

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 19/01/2021	Caderno: Economia



Distribuição federativa da receita

Discussão não pode ter por base argumentos genéricos de que a carga tributária é muito concentrada na União

Bernard Appy*, O Estado de S.Paulo

19 de janeiro de 2021 | 04h00

É muito comum ouvirmos falar que, no **Brasil**, a arrecadação de tributos é muito concentrada na **União**, em detrimento de Estados e municípios. De fato, segundo dados da **Receita Federal**, em 2018 a União arrecadou 67,5% dos tributos do País; os Estados, 25,9%; e os municípios, 6,6%. Tais números não refletem, no entanto, a capacidade de realização de políticas públicas pelas três esferas da Federação, por vários motivos que são analisados a seguir.

Em primeiro lugar, uma parcela relevante da receita tributária é partilhada entre os entes da Federação. Uma parte da arrecadação federal é transferida para os Estados e municípios, assim como uma parte da arrecadação estadual é transferida para os municípios. Quando considerada a partilha da receita tributária, a parcela apropriada pela União cai para 55,8% do total, a parcela dos Estados permanece em 25,9% e a dos municípios sobe para 18,3% do total.

Mesmo esses dados não refletem, contudo, a efetiva capacidade de realização de políticas públicas pelas esferas da Federação. Como detalhado em meu artigo anterior, publicado neste espaço em 5 de janeiro, uma parcela da receita tributária – de cerca de 2,1% do **PIB** – não constitui receita do setor público, correspondendo, de fato, a recursos de terceiros que são arrecadados pelo poder público. Este é o caso, principalmente, das contribuições para o **FGTS** (que pertencem aos trabalhadores) e das contribuições para o **Sistema S**, as quais são contabilizadas como receita da União. Adicionalmente, e principalmente, uma parte relevante da arrecadação tributária advém das contribuições previdenciárias, que, na prática, também constituem recursos de terceiros. Como mencionado em meu artigo anterior, tais contribuições – que

alcançam 6,7% do PIB, sendo 5,4% do PIB correspondentes às contribuições para o **INSS** e 1,3% do PIB às contribuições para os regimes próprios de previdência dos servidores públicos – são uma forma de poupança vinculada ao financiamento de benefícios previdenciários, não podendo ser utilizadas para outras finalidades. Não dá para comparar o montante de recursos disponíveis para a realização de políticas públicas entre as esferas da Federação sem considerar que parcela relevante da receita da União corresponde à arrecadação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que é totalmente vinculada ao pagamento de benefícios, não podendo ser utilizada para outras finalidades.

Quando se excluem das receitas da União a arrecadação correspondente a recursos de terceiros (FGTS e Sistema S) e as contribuições para o RGPS, a distribuição da receita entre as esferas da Federação passa a ser a seguinte: União, 42,7%; Estados, 33,6%; e municípios, 23,7%. Se se excluem também as contribuições para os regimes próprios de previdência dos servidores (das três esferas da Federação), essa distribuição se altera um pouco, passando a ser: União, 42,7%; Estados, 33,1%; e municípios, 24,2% do total.

Esses valores refletem melhor a distribuição, entre as três esferas da Federação, da capacidade de financiar políticas públicas. A realidade é que o grau de descentralização das receitas públicas no Brasil é muito maior do que sugere a concentração da arrecadação na União. Segundo estudo do **Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID)**, o Brasil é o país da **América Latina** com o maior grau de descentralização das receitas públicas.

Isso não significa que não se possa discutir a distribuição da receita entre as três esferas da Federação, mas apenas que essa discussão não pode ser feita com base em argumentos genéricos de que a carga tributária é muito concentrada na União. Qualquer discussão racional sobre o tema tem de passar por uma avaliação aprofundada sobre a distribuição de competências entre os entes da Federação e sobre a adequação ou não entre a distribuição das obrigações e dos recursos.



O Globo

Você mais perto da notícia
Baixe grátis no Google Play

Ver



PUBLICIDADE

-5%	Refrigerador De 02 Portas	R\$ 3.600,08
-5%	Refrigerador Bottom Freez	R\$ 3.499,00

EXCLUSIVO PARA ASSINANTES

Marco do Saneamento gera novo embate entre os ministros Paulo Guedes e Rogério Marinho

Ministério do Desenvolvimento Regional segura a publicação do decreto que regulamenta a nova legislação, e Economia teme mudanças no texto

Manoel Ventura

19/01/2021 - 04:15 / Atualizado em 19/01/2021 - 07:56



Esgoto sem tratamento: Decreto prevê capacidade de investimento das empresas para cumprir metas Foto: Márcia Foletto / Agência O Globo

BRASÍLIA - A regulamentação do marco do saneamento está gerando divergências no governo, colocando em lados opostos novamente os ministros Rogério Marinho e Paulo Guedes. O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) está segurando a publicação do decreto que trata do assunto, liberado pela Economia desde a sanção do projeto, no ano passado.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Expansão: [Mais de mil cidades terão de licitar serviços de água e esgoto](#)

O temor dos técnicos do time de Guedes é de que a demora na publicação do decreto seja usada como pretexto para fazer novas mudanças na lei no próximo ano.

Já os técnicos do MDR, comandado por Rogério Marinho, defendem que o decreto só seja publicado após a votação dos vetos presidenciais feitos na nova legislação.

O novo marco do saneamento foi sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro [em julho de 2020](#). Ele vetou, entre outros pontos, o dispositivo

que permitia a prorrogação por 30 anos dos contratos com empresas estaduais de saneamento, fechados sem licitação.

Concessões: Para superar crise, estados vão leiloar de aeroportos a matadouro ao setor privado

O marco do saneamento diz que os atuais contratos em vigor, com todas as empresas, deverão ser atualizados até 31 de março de 2022 para garantir as metas de universalização, após uma análise sobre a capacidade econômica das companhias fazerem os investimentos previstos.

Mas o governo precisa publicar o decreto para estabelecer os critérios sobre a avaliação econômica das empresas que podem ter os contratos atualizados.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Economia: Falta de saneamento prejudica desenvolvimento econômico e acentua desigualdades

As companhias precisarão demonstrar que são capazes, seguindo os critérios do decreto, de fazer os investimentos que levarão cada cidade (ou o conjunto de cidades) a ter 99% da população com água tratada e 90% das pessoas com coleta e tratamento de esgotos até 2035.

Risco de adiamento

O temor dos técnicos do Ministério da Economia é que a demora para publicar o decreto seja usada como pretexto para essas empresas adiarem

as datas de universalização e de atualização dos contratos. Isso porque, segundo esses técnicos, uma empresa demora mais de um ano para fazer todas as análises financeiras que precisam ser apresentadas. E isso só será feito após o decreto ser publicado.

Saneamento: Distribuidoras vão precisar entregar até 70,5% mais água em 2040

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Integrantes do MDR têm outra visão. Eles dizem que a publicação do decreto agora pode atrapalhar as negociações para manter o veto.

Para a equipe econômica, porém, mesmo que o veto seja derrubado, as empresas só poderão ter os contratos prorrogados se confirmarem a capacidade econômica de fazer investimentos. E isso só será possível com o decreto regulamentando esse tema. Por isso, a defesa dos técnicos para a publicação rápida da regulamentação.

Procurados, o MDR disse que aguarda a apreciação dos vetos pelo Congresso para publicar o decreto, e o Ministério da Economia não comentou.

O GLOBO RECOMENDA



ECONOMIA

'Há qualidade de vida no interior de Portugal, faltam pessoas. É o momento de os brasileiros virem', diz ministra do país



ECONOMIA

Planos de saúde: conta vai ficar mais alta a partir de janeiro

ECONOMIA

Petrobras reajusta gasolina nas refinarias

Importadores consideram, porém, que estatal mantém preços abaixo da paridade internacional

Por **André Ramalho** — Do Rio

19/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Sérgio Araujo, da Abicom: pequenos e médios importadores se mantiveram ativos, mas desde meados de 2020 Petrobras vem adotando preços 'proibitivos' — Foto: Leo Pinheiro/Valor

A Petrobras vai aumentar em 8%, na média, o preço da gasolina nas refinarias, hoje, mas decidiu não mexer, por ora, no diesel - em meio a ameaças de uma nova greve dos caminhoneiros. Mesmo com o reajuste da gasolina, importadores voltaram a acusar a estatal de manter os preços abaixo da paridade internacional. Segundo a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), o aumento de R\$

0,15 do produto reduzirá pela metade - mas não o suficiente - a defasagem do derivado. No diesel, a diferença é de R\$ 0,28.

O assunto tem mexido não só com os ânimos das “tradings”, mas também de distribuidoras. No setor, porém, não há um consenso sobre as críticas à estratégia da Petrobras de segurar reajustes ante a alta volatilidade. A prática de preços da estatal atinge os agentes do mercado em intensidade e forma diferentes, segundo a capacidade logística e escala de cada um deles. A Abicom é o ator mais vocal nas críticas aos “preços predatórios” da estatal, mas algumas distribuidoras menores também se queixam. Já empresas de porte maior seguem ativas no exterior e nos leilões de curto prazo da Petrobras.

Para entender o cabo de guerra entre a Abicom e a estatal, é preciso voltar no tempo. Depois de conviver, entre 2011 e 2014, com uma forte pressão do governo Dilma Rousseff (PT) para segurar reajustes, a Petrobras passou, entre 2016 e 2017, na gestão de Pedro Parente, a trabalhar com prêmios elevados, para se recuperar financeiramente. Algumas distribuidoras aproveitaram o momento para comprar cargas bastante competitivas no exterior e conseguiram, assim, ganhar mercado. Até que, após a greve dos caminhoneiros, de 2018, a petroleira reduziu suas margens.

O presidente da Abicom, Sérgio Araujo, conta que, mesmo assim, pequenos e médios importadores se mantiveram ativos, mas que, desde meados de 2020, a Petrobras vem adotando preços proibitivos - gerando perdas para importadores e distribuidoras. “Tradings e distribuidoras têm contratos com terminais. Pagam taxas de armazenagem, com cláusulas de ‘take-or-pay’ [pagamentos mínimos]. Algumas anteciparam pagamentos a operadores de terminais para financiar expansão da capacidade. E aí a janela [de importação] fechou. Elas continuam com despesas, mas sem as receitas da importação”.

De acordo com o presidente da Associação Brasileira de Terminais de Líquidos (ABTL), Carlos Kopittke, a movimentação dos terminais “caiu sensivelmente” nas últimas semanas. O executivo cita que R\$ 2 bilhões foram investidos na expansão da infraestrutura, nos últimos cinco anos, para atender à demanda por importação de combustíveis e que há uma previsão de mais R\$ 6 bilhões que pode não se confirmar, caso as importadoras percam mercado. “É uma preocupação nossa que

há um desequilíbrio das relações comerciais [com nossos clientes] e se desmontem as soluções logísticas construídas nos últimos anos ou que as empresas coloquem o pé no freio”.

Um executivo de uma distribuidora média afirmou, sob condição de anonimato, que há um mês vem pagando as taxas de terminais sem importar. A situação fere a principal arma dessas companhias menores, que conseguiram se diferenciar no mercado, nos últimos anos, por comprarem cargas com preços mais competitivos que os da principal fonte do mercado, a Petrobras. “Algumas importações só se mantêm não por serem atrativas, mas simplesmente para girar a tancagem, na esperança de que a situação se regularize”, comentou.

Uma outra fonte do setor conta que os descontos oferecidos pela estatal nos leilões de curto prazo (para compra de volumes de diesel e gasolina além dos previstos em contrato) deram um “oxigênio” para quem não vinha conseguindo importar. Mesmo assim, essas licitações não conseguem compensar os prejuízos com a ociosidade dos terminais. Além disso, empresas com capacidades logísticas menores têm menos facilidade de acesso aos leilões.

A realidade dessas distribuidoras menores, contudo, não é a mesma das líderes de mercado (BR, Ipiranga e Raízen). O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse na semana passada, ao **Valor**, que as importações têm fluído naturalmente entre essas empresas maiores, com custos mais competitivos e escalas maiores. “Tem gente vivendo ainda de saudosismo das margens que a Petrobras praticou no passado, mas isso não vai voltar mais, principalmente com a quebra do monopólio do refino”, disse um executivo do setor.

Segundo a fonte, a Petrobras de fato vem praticando preços abaixo da paridade nas últimas semanas, mas trata-se de uma defasagem pontual. A consultoria internacional StoneX estima que a estatal praticou em 2020 preços para o litro do diesel, em média, R\$ 0,024 abaixo do preço de paridade internacional (PPI), ou seja, relativamente em linha com o mercado global. As janelas para importação estiveram fechadas, porém, durante 166 dias úteis - e abertas na menor parte do tempo, por 86 dias.

“Não somos trading, que opera com especulações de preços. Temos compromissos com o abastecimento, continuamos a importar. O mercado nem sempre está receptivo [para importações]. É do jogo”, ressaltou o executivo.

A Abicom enviou um ofício, este mês, ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) acusando a petroleira de “preços predatórios”. Segundo Araujo, o quadro se acentuou em 2021, mas as janelas estão fechadas desde meados de 2020. A StoneX destaca que o novo reajuste da gasolina ficou abaixo da expectativa e que o litro do derivado continua sendo vendido R\$ 0,07 abaixo do PPI, enquanto a defasagem do diesel é de R\$ 0,20. O líder da área de petróleo da consultoria, Thadeu Silva, conta que a Petrobras se descolou por completo do PPI em dezembro e que chama a atenção o fato de a estatal vender hoje seu diesel com preços abaixo dos praticados no Golfo Americano. “Está mais barato que a principal praça exportadora de derivados do mundo”.

No mercado financeiro, analistas acreditam que a petroleira está deixando de ganhar dinheiro, mas que, na decisão da estatal, pesam os prejuízos que uma eventual greve pode trazer. “Ela está correta em tentar mitigar riscos que existem hoje em função da sua posição de agente monopolista”, comentou um analista de um grande banco.

Do lado dos potenciais beneficiários da decisão da Petrobras de segurar os reajustes, sobretudo no diesel, estão os consumidores. Desde 29 de dezembro, última alta do produto pela Petrobras, o Brent subiu 6,8% e o dólar 2,2%. Nas bombas, para a Agência Nacional de Petróleo (ANP), o derivado acumula alta de 1,45% desde então.

Não existe no mercado, contudo, um consenso sobre o alinhamento ou não dos preços da Petrobras em relação ao PPI. Castello Branco afirmou que a paridade não é um valor absoluto e que seus concorrentes, muitas vezes, assumem custos que não refletem a realidade da empresa.

Alvo para 2021 é rever decreto que trata de subsídios

Ideia é repetir o que foi feito em 2013 com medidas antidumping

Por Mariana Ribeiro e Edna Simão — De Brasília

19/01/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

Entre as prioridades na área de defesa comercial, o governo pretende atualizar neste ano decreto que trata de subsídios e medidas compensatórias. A ideia é adaptar o normativo atual, de 1995, à nova realidade de comércio exterior e dar mais previsibilidade às investigações.

A minuta do decreto saiu do Ministério da Economia no ano passado e está sendo analisada pelo Ministério das Relações Exteriores, para depois ser direcionada à Casa Civil.

A proposta segue o que já foi feito em 2013, quando foi atualizado decreto referente a outro instrumento de defesa comercial, o de medidas antidumping. Com a mudança, foram esclarecidos pontos relativos a prazos, requisitos para aplicações e revisões dos processos.

Segundo técnico da área econômica, o normativo em estudo trará detalhamentos hoje não previstos no acordo de subsídios e medidas compensatórias da Organização Mundial do Comércio (OMC) em termos, por exemplo, de prazos a serem seguidos. Seria um passo a passo do rito processual, para dar mais clareza às investigações.

“É uma demanda muito forte da indústria”, explicou o técnico ao **Valor**, acrescentando que o objetivo é que, ao final do processo, as petições de subsídios e medidas compensatórias possam ser preenchidas de forma tão clara quanto as de antidumping. “O decreto de 2013 deixou tudo muito bem amarrado. É o que queremos também nesse caso”, afirmou.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, com a nova regra, “haverá maior alinhamento entre as investigações brasileiras de subsídios e as melhores práticas internacionais relativas à implementação das regras da OMC”. O texto está, atualmente, sob análise jurídica do órgão.

Entre os planos do Ministério da Economia, está ainda a elaboração de uma portaria para facilitar a apresentação de petições de investigações por indústrias fragmentadas. “Como são indústrias com uma grande quantidade de empresas no Brasil, são pulverizadas, elas podem ter uma maior dificuldade de apresentar uma petição”, explicou o técnico.

Na lista de metas a serem concluídas até o fim desta gestão, em 2022, está atualizar ainda outro decreto, nesse caso relativo às salvaguardas, que também é de 1995.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Amazon.com.br

AMAZON

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

O grande salto para trás

A política liberal, um ponto positivo do governo atual, foi precocemente transformada em um “me engana que eu gosto”

Por Edvaldo Santana

19/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas





— Foto: Alexis Fauvet/Unsplash

Paul Ormerod, em “O Efeito Borboleta”, descreve uma inspiradora experiência que Brian Arthur e dois matemáticos russos traduziram em elegantes equações. Já falei dela aqui no **Valor**. De uma urna, que contém uma quantidade não conhecida de bolas, é retirada uma da cor azul, que é repostada, só que ao lado de outra da mesma cor. Embora os efeitos sejam ínfimos, isto eleva as chances de a próxima bola retirada ser também azul, independentemente da proporção original entre azuis e brancas. Este efeito é um feedback positivo. Não é o que vemos no Brasil do século XXI.

Tenho acompanhado a avalanche de textos acerca da involução em diferentes segmentos da sociedade, além das diversas naturezas de retrocessos econômicos. Os resultados intrigam e são também explicados por uma fatídica equação. “Quando o assunto é racismo, o Brasil sempre volta à quadra um”. Assim Miriam Leitão começou sua coluna no Globo de 24 de outubro. Atualizada, ela conta as idas e vindas das políticas de combate ao racismo, se é que há alguma. E ela tem razão. Sinto na cor da (própria) pele. Dois dias depois, o professor Thiago Amparo, desta feita na Folha de São Paulo, relatou pesquisa da UFSCar, em que policiais negros, mesmo gratos por fazerem parte da tropa, temem seus colegas quando estão de folga, sem farda.

A estabilidade da moeda foi toscamente trocada pela possibilidade de reeleição em cargos do Executivo

Voltar uma, duas ou mais quadras não é “privilégio” apenas do racismo. O professor Jorge Zaverucha, no Globo de 26 de dezembro, aponta que mesmo o regime democrático teve mais retrocessos que avanços. Não acho que chegue a tanto. A possibilidade de eleição, até de antidemocratas, e dois processos de impeachment

em menos de 25 anos indicam que ainda não retrocedemos, mas chegamos a um perigoso ponto de inflexão.

Na economia a situação é mais contundente. Entre 2011 e 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu, no máximo, 2,2%, contra mais de 30% do PIB global. Como a população brasileira aumentou muito mais que 2,2%, a renda per capita teve uma queda brutal, o que nos afastou de um padrão razoável de bem-estar. É péssima a notícia. A economia tende a manter-se em desequilíbrio quando seus resultados não são promissores, isto é, quando o encolhimento é o lugar comum. Isto aumenta o oportunismo nas relações políticas.

A estabilidade da moeda, inteligentemente conseguida no curto governo Itamar Franco, foi toscamente trocada pela possibilidade de reeleição em cargos do Executivo. Os custos desse nocivo (e caro) equívoco são pagos com repulsivas crises políticas e permanente instabilidade das contas públicas. Fernando Henrique Cardoso (FHC) é ele mesmo testemunha (arrependida) da bobagem que articulou. É um cenário que nos empobrece, sob todos os aspectos, e coloca em risco o objetivo alcançado, que foi o fim da inflação doentia. Também ajudou a consolidar um emblemático padrão de negociação política, o “é dando que se recebe”, que insiste em ficar por aí, e piorado.

Os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), que proporcionaram uma inaudita política de inclusão, deixaram um rastro de maracutaias, termo daquela época, além do desrespeito aos ditames das regras orçamentárias, que viraria moda, não fosse a vigilância do Tribunal de Contas da União, ou de parte dele. E o impeachment de uma chefe do Executivo parece não ser o fim desse longo período.

A gestão da pandemia, aqui e alhures, conduz a dois quadros terrivelmente opostos. De um lado, a união de forças, recursos financeiros e, em especial, de esforços científicos, mostram que há disponível um conjunto de instrumentos que podem minimizar e até prevenir os graves danos da covid-19. O distanciamento social e a descoberta de vacinas em horizonte inferior a 10 meses ilustram esses esforços.

De outro lado, porém, surge a estreiteza política, que prefiro chamar de criadouro de feedbacks negativos. É mal antigo, agravado por agora. Não há limites para desprezar o recurso econômico mais valioso da humanidade, o conhecimento,

talvez nossa principal fonte de riqueza. O número de mortos com a covid-19 seria bem menor se o distanciamento social não tivesse sido negligenciado. Mais sério ainda é notar que há resistências políticas à vacina. É um evidente sintoma do retrocesso, do retorno à quadra 1.

Até na expectativa de vida o cenário é de recuo. Estudos da Fundação Getulio Vargas (FGV) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), citados no Estadão de 28 de dezembro, destacam que em um ano o Brasil perderá o que alcançou em seis. A pandemia da covid-19 é a principal explicação para número tão desproporcional. Contudo, a elevada quantidade de jovens mortos pela violência, inclusive a policial, já sinalizava a tendência apontada em tais estudos.

A violência, muito a propósito, é uma das variáveis sobre a qual o retrocesso seria até um elogio. Segundo o mesmo Ipea, a taxa de homicídios, entre 2007 e 2017, cresceu 33,1% e 3,3% para negros e não negros, respectivamente. E esses números apenas pioram.

O cenário é de escassez, acentuada pelos já sistemáticos feedbacks negativos. E não fiz referência aos estonteantes retrocessos ambientais, que exigem um artigo especial. A tendência é de fique mais restrito o acesso ao comércio exterior, dados os efeitos danosos sobre a imagem brasileira. As necessidades são bem maiores que os recursos disponíveis. O orçamento tem sérias restrições, o déficit fiscal avança a taxas crescentes e o ritmo de geração de empregos é muito lento.

São circunstâncias que exigem perspicácia e capacidade de persuasão para convencer que é essencial fazer mais com menos, principal significado de produtividade. Só que isso não se faz com atitudes extremas ou com uma estratégia do tipo tit for tat. Como o jogo político tende a ser repetido infinitas vezes, a cooperação, mesmo entre opostos, é também um bom caminho para reconciliar os interesses divergentes.

E as perspectivas econômicas são cada vez mais obscuras. 2021 ainda será marcado pela pandemia. A política liberal, um ponto positivo do governo atual, foi precocemente transformada em um “me engana que eu gosto”. As falas presidenciais não escondem isso. O caso recente da Ceagesp e os pífios resultados

das promessas de privatização dão o tom dessa transformação, que ficará mais nítida com o aproximar das eleições de 2022.

Desde a redemocratização, o processo de escolha, sobretudo para os cargos do Executivo, tem sido, grosso modo, na modalidade de “o menos pior”, entre 1990 e 2017, ou “não tem tu, vai tu mesmo”, em 2018. FHC talvez seja a rara exceção - no primeiro governo. Os resultados, claro, foram desastrosos. É dando que se recebe, somado com o menos pior, multiplicado pelo me engana que eu gosto e elevado a não tem tu, vai tu mesmo, não é outra coisa que não o grande salto para trás, que é a integral do longo ciclo de sucessivos feedbacks negativos. Fatídica equação.

Edvaldo Santana é doutor em Engenharia de Produção e professor titular da UFSC.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Amazon.com.br

AMAZON

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Doutora revela: "você pode resolver suas rugas em casa" (veja como)

DIATENA

LINK PATROCINADO

Você vai amar essas sandálias, volte e veja porque.

CONFORT PÉ